Etec Getúlio Vergas

**O Papel dos Juizados Especiais dentro do Poder Judiciário Brasileiro**

Camila Cristina Orencio Barbosa – 1ºServiços Jurídicos

São Paulo

2020

**O Papel dos Juizados Especiais dentro do Poder Judiciário Brasileiro**

**Poder Judiciário**

A principal função do Poder Judiciário é defender os direitos de cada cidadão, promovendo a justiça e resolvendo os prováveis conflitos que possam surgir na sociedade, através da investigação, apuração, julgamento e punição.

**Juizados Especiais**

São órgãos do Poder Judiciário brasileiro que promovem a conciliação, o julgamento e a execução das causas consideradas de menor complexidade pela legislação. Os juizados resolvem as demandas com rapidez e sem despesas, beneficiando as partes do conflito e todo o sistema judiciário, ao retirar pequenas causas da justiça comum.

Qualquer cidadão, microempresas, pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, sociedades de crédito aos microempreendedores podem ter acesso aos Juizados Especiais Estaduais, Federal ou ao Juizado Criminal.

Os juizados especiais foram criados com o objetivo de concretizar o amplo acesso ao Judiciário previsto na Constituição Federal de 1988 que diz: ***Constituição Federal, art.98.*** *A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:*

*I –* ***Juizados especiais,*** *providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.*

Os Juizados Especiais permitem que às camadas mais populares da sociedade levar suas demandas a um órgão judicante competente para resolver seus conflitos de forma célere, informal e simples, sempre buscando, primordialmente, uma solução consensual. Eles são disciplinados pela [Lei n.º 9.099/95](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9099.htm). Leis Estaduais criam e regulamentam em cada unidade da federação esses órgãos e, âmbito Federal, a [Lei n.º 10.259/01](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10259.htm)

De início, os juizados cumpriram muito bem seu papel, alcançando excelentes resultados na conciliação e na solução mais ágil dos litígios que lhes foram apresentados, em comparação com a chamada Justiça Comum ordinária.

No entanto, com o passar dos anos, o sucesso dos juizados neste aspecto, levou a uma crescente demanda e acúmulo de processos, fato este decorrente da ampliação da sua competência, notadamente com o advento dos juizados especiais da Fazenda Pública, Cível, Criminal e Previdenciário, bem como em razão da proliferação de “lides fantasmas” e causas fabricadas.

**Juizado Federais e Estaduais**

Há alguns pontos que diferenciam o Juizado Estadual do Federal, a exemplo do valor da causa:

No Juizado dos Estados, as causas que não ultrapassem a vinte salários mínimos, não necessitam de advogado; todavia, se maior que vinte até quarenta salários mínimos, a parte deverá ter advogado.

Nos Juizados Especiais Federais, as causas não podem ultrapassar a sessenta salários mínimos e, de conformidade com o art. 10, as partes poderão indicar, “por escrito, representantes para a causa, advogado ou não”. Se no Juizado Estadual há a exigência de advogado para causas acima de vinte salários mínimos, na Justiça Federal não existe este requisito e a parte pode indicar qualquer pessoa de sua confiança. É importante destacar que: Os Juizados Cível, Criminal e da Fazenda Pública fazem parte da Justiça Estadual. O Juizado Previdenciário faz parte da Justiça Federal.

**Os Princípios que regem o Sistema dos Juizados Especiais**

**Princípio da Oralidade**

O princípio da oralidade está baseado na utilização da via oral e direta, sem necessidade de atender demasiadas formalidades. Nesse sentido, preceitua Campos que a oralidade consiste na supressão ao máximo e na medida do possível de tudo quanto no processo tradicional era feito por escrito. No Juizado Especial de Pequenas Causas somente a sentença é obrigatoriamente escrita, as demais peças, como inicial, citação, defesa, depoimentos, etc. podem ser facultativamente escritos ou orais.

**Princípio da Simplicidade**

O princípio da simplicidade está relacionado com a desnecessidade de formalismo, o princípio da simplicidade está diretamente relacionado aos demais e que preconiza a ideia de que o desenvolvimento do processo deve se dar de maneira facilitada, liberto do formalismo. Portanto, o princípio da simplicidade visa um processo simples, sem complexidade.

**Princípio da informalidade**

Esse princípio não visa à informalidade absoluta, o princípio da informalidade está diretamente ligado ao princípio da simplicidade, pois ambos buscam desenvolver um processo mais simples, sem exageradas formalidade, para que o processo não se torne complexo como é no procedimento comum, pois, esse procedimento visa facilitar o acesso a sociedade.

**Princípio da economia Processual**

Esse princípio é o que incentiva o cidadão procurar seus direitos, pois, não há despesa processual em primeiro grau, possibilitando aqueles que não possuem recursos financeiros de acionar o judiciário com maior facilidade. O Juizado Especial Cível é uma concretização do acesso à justiça a todos, no qual, proporciona condições para que os cidadãos possam rever seus direitos violados ou ameaçados.

**Princípio da Celeridade**

O princípio da celeridade busca um andamento processual mais rápido, mas com eficiência. Nesse sentido o processo deve ser rápido, terminando o mais rápido possível, sem prejudicar a segurança das decisões. Pode visualizar esse princípio na legislação do juizado na abolição de prazos diferenciados. O autor informa ainda que a carta magna, em seu art. 5º, LXXVIII, preceitua como garantia constitucional a duração razoável do processo.

**Objetivo e Competência da Lei 9.0099/95**

Os Juizados Especiais Cíveis foram criados para solucionar os conflitos de menor complexidade de maneira mais célere e simples, com a intenção de possibilitar ao cidadão o acesso ao Poder Judiciário.

No que se refere à competência do juizado, o art. 3º da lei dispõe que as causas não podem exceder a quarenta vezes o salário mínimo; as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil; as ações de despejo para uso próprio e as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I do art. 3º. Verifica-se que o inciso I do artigo tem a limitação pelo valor. E os incisos II a IV, limita a competência pela matéria. Assim, para as competências fixadas pela matéria, o Superior Tribunal de Justiça entende que as causas podem exceder o teto de 40 (quarenta) salários mínimos. Portanto, a competência do Juizado Especial Cível está disciplinada no art. 3º da lei 9.099/95, contendo todas as ressalvas e exceções.

# **Juizado Especial Cível - JEC**

O juizado especial cível é um órgão do Poder Judiciário Comum Estadual responsável pelo processamento de ações de menor complexidade. Tem como intuito promover a conciliação entre as partes e proporcionar um processo célere, econômico e efetivo.

Esse instituto proporcionou maior efetividade ao acesso à justiça por não ter custos processuais em primeira instância. Desse modo, com a implantação dos juizados o empecilho dos autos custos dos processos foi superado, e as pessoas hipossuficientes podiam acionar o Poder Judiciário quando houvesse ameaça ou lesão aos seus direitos nos limites da competência dos juizados.

O surgimento do JEC ocorreu depois de muito clamor da sociedade, que não estava suportando os autos custos do processo e a lentidão processual.

Conforme a Lei nº [9.099](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103497/lei-dos-juizados-especiais-lei-9099-95)/95, para o ajuizamento de uma ação no JEC devem ser observados os seguintes requisitos (art. 3º c/c art. 9º):

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

1. Causas cujo valor não exceda a vinte vezes o salário mínimo (sem advogado) ou até quarenta vezes o salário mínimo (com advogado); e
2. As enumeradas no art. [275](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10711131/artigo-275-da-lei-n-5869-de-11-de-janeiro-de-1973), inciso [II](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10711018/inciso-ii-do-artigo-275-da-lei-n-5869-de-11-de-janeiro-de-1973), do [Código de Processo Civil](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91735/c%C3%B3digo-processo-civil-lei-5869-73) (esse dispositivo faz referência ao antigo [Código de Processo Civil](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91735/c%C3%B3digo-processo-civil-lei-5869-73), de 1973. Apesar de no novo Código não existir mais procedimento sumário, determina o 1.063 que, até a edição de lei específica, os juizados especiais cíveis previstos na Lei no [9.099](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103497/lei-dos-juizados-especiais-lei-9099-95), de 26 de setembro de 1995, continuam competentes para o processamento e julgamento das causas previstas no art. [275](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10711131/artigo-275-da-lei-n-5869-de-11-de-janeiro-de-1973), inciso [II](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10711018/inciso-ii-do-artigo-275-da-lei-n-5869-de-11-de-janeiro-de-1973), da Lei no [5.869](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91735/c%C3%B3digo-processo-civil-lei-5869-73), de 11 de janeiro de 1973).

Ademais, podem ser ajuizadas, também:

1. Ação de despejo para uso próprio;
2. Ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a quarenta vezes o salário mínimo;
3. Ações de execução relativas as sentenças promovidas pelos Juizados;
4. Ações de execução de títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, desde que figurem pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas; pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar no [123](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/95147/lei-da-microempresa-lei-complementar-123-06), de 14 de dezembro de 2006; pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei no [9.790](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109501/lei-9790-99), de 23 de março de 1999; e sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos do art. [1º](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11135174/artigo-1-da-lei-n-10194-de-14-de-fevereiro-de-2001) da Lei nº [10.194](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/101214/lei-10194-01), de 14 de fevereiro de 2001.

No JEC não podem ser ajuizadas:

1. Causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

Importante ressaltar, também, que a opção pelo JEC importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido (20 ou 40 salários mínimos), excetuada a hipótese de conciliação.

# A audiência no Juizado Especial Cível funciona da seguinte maneira:

A audiência una (aquela na qual todos os atos são praticados no momento da audiência) nos juizados especiais cíveis, são agendadas no ato da distribuição da queixa ou da petição inicial, ficando a parte autora ciente da data, hora e juízo designado no momento de sua interposição.

**Início da audiência**

No horário e juízo designado, será realizado o pregão, convocando as partes para o comparecimento à sala de audiências, podendo ser presidida por um conciliador, juiz leigo ou pelo juiz togado. (Art. 7º)

Em caso de ausência da parte demandante, o processo será imediatamente extinto sem resolução do mérito, independentemente de intimação pessoal das partes. (Art. 51, I e § 1º)

Já no caso de ausência do da parte demandada, o juiz decretará a sua revelia, conhecendo como verdadeiros todos os fatos alegados no pedido inicial. (Art. 20)

Presentes as partes, a autoridade que preside a audiência solicitará os documentos de identificação das partes e os documentos de representação de seus respectivos patronos, quando já não tiverem sido acostados no processo, podendo o mandato ser outorgado oralmente. (Art. 9º, § 3º)

**Conciliação**

Iniciada a audiência, o presidente questionará a possibilidade de composição amigável, alertando sobre os riscos e custos do processo, explicando aos presentes a possibilidade da composição amigável. (Art. 21)

Havendo caso de composição amigável, esta será reduzida a termo e homologada pelo juiz togado, na qual a sentença valerá como título executivo judicial. (Art. 22)

Antes do início da instrução e julgamento, no caso de uma das partes estar desacompanhada de advogado, em se tratando de causas de até 20 salários mínimos, a parte desassistida será alertada da possibilidade de redesignação da audiência para que busque, facultativamente, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao juizado especial ou comparecer acompanhada de advogado particular.

Optando pelo prosseguimento do feito, iniciar-se-á a instrução.

**Instrução**

Logo no início da Instrução, abre-se a palavra à parte autora, para que se manifeste oralmente quanto às preliminares de mérito, contestação e os documentos apresentados pela parte demandada.

Posteriormente, abre-se a palavra ao réu para que este se manifeste oralmente quanto aos argumentos e documentos apresentados pelo autor.

Em seguida, serão ouvidas as testemunhas, caso tenham sido arroladas ao processo, devendo comparecer levadas pela parte que tenha solicitado, ou, mediante intimação quando requerido de forma expressa e previamente, com o mínimo de 5 dias antes da audiência. (Art. 34)

O Juiz ainda pode requerer prova pericial, desde que admitida no rito, inquirindo técnicos de sua confiança. Podendo também, realizar inspeção em pessoas ou coisas, ou, ainda, determinar que seja feito por terceiro de sua confiaça. (Art. 35)

**Julgamento**

Após a realização de todos os atos da audiência de conciliação e instrução, o juiz proferirá sentença da qual caberá recurso ao próprio juizado no prazo de 10 dias, devendo, em caso de recurso, as partes obrigatoriamente serem assistidas por advogado.

A depender do procedimento realizado pela comarca onde ocorre a audiência, a sentença pode ser proferida de imediato ou posteriormente com expedição de intimação às partes, cujo termo inicial do prazo recursal de 10 dias, inicia-se com a ciência da decisão.

A audiência una dos juizados especiais tem o principal objetivo de cumprir com os princípios que regem o rito dos juizados especiais, baseados na Oralidade, Simplicidade, Informalidade, Economia Processual e Celeridade, objetivando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

# **Juizado Especial Criminal - JECRIM**

Os Juizados Especiais Criminais nada mais são do que órgãos da Justiça que julgam infrações penais de menor potencial ofensivo, objetivando rapidez na resolução do processo, assim como a reparação do dano causado à vítima, por meio de um acordo. Este assunto está previsto, a partir do artigo 60, na Lei do Juizado Especial Criminal (Lei Federal 9.099/95).

O Juizado Especial Criminal é provido por juízes togados ou togados e leigos e tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

De acordo com o artigo 61 da referida Lei, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa, submetidos ou não a procedimento especial.

Havendo enquadramento em uma dessas hipóteses, autor e vítima, ou só o autor, a depender da ação, se é condicionada ou incondicionada, serão intimados a comparecer à audiência preliminar.

Contudo, é necessário esclarecer que ficam excluídas do conceito de menor potencial ofensivo as hipóteses de que trata a Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), ou seja, os casos de violência doméstica e familiar contra mulher.

Na prática, a Composição Civil dos Danos (1º momento da audiência preliminar do Juizado Especial Criminal) funciona da seguinte maneira:

A audiência de conciliação será conduzida pelo juiz ou por conciliador sob sua orientação.

Na audiência preliminar, estarão presentes o Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, caso a vítima seja incapaz, acompanhados por seus advogados, ocasião em que o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição civil dos danos (vantagens e desvantagens do acordo).

Com relação ao fato que deu causa ao processo, busca-se, sempre que possível, nessa audiência preliminar, um acordo entre autor e vítima.

Havendo composição dos danos, “acordo” no caso de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta renúncia ao direito de queixa ou de representação, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 74 da Lei 9.099/95.

A composição dos danos será homologada pelo juiz mediante sentença irrecorrível e terá eficácia de título a ser executado no juízo cível competente.

Ou seja, caso o acordo entre as partes tenha se resolvido mediante pagamento de uma indenização em favor da vítima, se eventualmente o autor descumprir este termo (deixar de pagar o valor ajustado), poderá a vítima executar a sentença homologatória do acordo perante o juízo, o acordo de composição dos danos perante o Juizado Criminal impede que a vítima promova ação judicial de cobrança de quaisquer diferenças no juízo cível, porque a questão já ficou resolvida – fez coisa julgada.

Não havendo a composição entre autor e vítima, será dada imediatamente ao ofendido, “vítima”, a oportunidade de exercer seu direito de representação verbal, ou seja, dizer se quer ou não prosseguir com a ação.

Entretanto, importante deixar claro que, se o ofendido não manifestar interesse pela representação na audiência preliminar, isso não implicará na decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo de 6 (seis) meses.

Neste momento entra a **Transação Penal**.

Transação Penal é um “acordo” feito entre o “suposto” autor do fato e o Ministério Público, ocasião em que o Ministério Público oferece a proposta de Transação Penal consistente no pagamento de uma multa ou prestação de serviços à comunidade, contanto que haja representação ou, quando se tratar de crime de ação penal pública incondicionada, não haja motivo para arquivamento.

Entretanto, para que o autor faça jus a este benefício, é necessário que preencha alguns requisitos, conforme disposto no artigo 76, §2º, incisos I a III, da Lei 9.099/95.

– Não ter sido o autor da infração condenado pela prática de crime à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

– Não pode ter usufruído deste benefício nos últimos 5 (cinco) anos;

– Os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias revelem ser necessária e suficiente a adoção da medida.

O autor, aceitando uma destas duas propostas, pagamento de multa ou prestação de serviços à comunidade, não correria o risco de ser condenado ao final, se, eventualmente, fosse considerado culpado.

Pode também o autor aceitar esse benefício, ainda que em seu íntimo saiba que é inocente, para evitar o prosseguimento de ação penal, ficando longe da carga psicológica e do dispêndio financeiro.

A aceitação da proposta não pode ser considerada como reconhecimento de culpa ou de responsabilidade civil sobre o fato, bem como não gera reincidência, nem antecedentes. O fato só será registrado para impedir que o réu obtenha direito ao mesmo benefício nos próximos 5 (cinco) anos.

Ademais, caso cumprido o acordo de transação penal homologado pelo juiz, haverá a extinção de punibilidade do autor do fato, com arquivamento definitivo. Entretanto, em caso de descumprimento, o acordo será revogado, podendo o Ministério Público apresentar denúncia, dando início ao processo, se recebida pelo magistrado.

**Juizado Especial Fazenda Pública**

A Lei nº 12.153 de 22 de dezembro de 2009 regulamenta os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios; de modo que a Lei 9.099/95 e o Código de Processo Civil serão aplicáveis subsidiariamente, apenas na hipótese de inexistência de norma própria do Juizado Especial da Fazenda Púbica regulando o assunto.

 A competência do Juizado Especial da Fazenda Pública é absoluta (§4.º do art. 2.º), é processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos, excluindo-se as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos; as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas; as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares e as que seguem o rito do procedimento especial.

Ademais, Lei nº 12.153/09 estabeleceu, de maneira excludente, as causas que não serão processadas e julgadas perante o Juizado Especial da Fazenda Pública: as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos; as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas; e as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares (§1.º, art. 2.º).

Por outro lado, no tocante à competência territorial não há distinção entre as regras, já que, na ausência de disposição específica na Lei n.º 12.153/09, deverão ser aplicadas subsidiariamente outras normas, sendo primeiramente a Lei n.º 9.099/95 (art. 4.º), e, caso haja omissão, incidirá o CPC. Como a competência do Juizado da Fazenda Pública é absoluta, a competência territorial não se prorroga, devendo o processo ser extinto sem julgamento de mérito caso a ação tenha sido proposta em juízo incompetente, nos termos do art. 51, III da Lei n.º 9.099/95, aplicável subsidiariamente por força do art. 27 da Lei n.º 12.153/09.

Nas Comarcas onde não haja Juizado Especial da Fazenda Pública instalado, o FONAJE dispõe que as ações devem ser distribuídas junto às Varas Comuns que abarquem a competência para a Fazenda Pública, ou perante aquelas designadas pelo Tribunal de Justiça, respeitando-se o rito estabelecido na Lei n.º 12.153/09.

As partes no Juizado Especial da Fazenda Pública podem ser:

a) como autores: as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

b) como réus: os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas21 . Ressalta-se que qualquer ente público federal22 não podem figurar no pólo ativo ou passivo da ação, respectivamente. Por fim, interessa pontuar que, segundo o Enunciado n.º 21 do FONAJEF, plenamente aplicável aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, "As pessoas físicas, jurídicas, de direito privado ou de direito público estadual ou municipal podem figurar no pólo passivo, no caso de litisconsórcio necessário".

O Ministério Público atuará, como sói acontecer, nas “causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte” (art. 82, III do CPC). Não se admite a intervenção de terceiros no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, a teor do art. 10 da Lei n.º 9.099/95 c/c o 27 da Lei n.º 12.153/09.

Requisitos do pedido pode ser deduzido por escrito ou oralmente (este reduzido a termo) na Secretaria do Juizado pela própria parte autora (nessa modalidade, limitado ao valor de 20 salários mínimos), mediante apresentação dos documentos comprobatórios da capacidade postulatória, civil, entre outros, ou por meio de petição formulada por Advogado. De regra, os pedidos devem ser certos e determinados, embora caiba excepcionalmente o pedido genérico, quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.

A audiência no Juizado Especial Fazenda Pública, funciona da seguinte maneira:

Nas ações de competência do Juizado Especial da Fazenda há previsão de audiência preliminar de conciliação e oferta de defesa, sendo possível saneamento ou instrução e julgamento. Parte instrutória. Nos casos em que houver audiência de instrução e julgamento, o número de testemunhas será de até três para cada parte, consoante prevê o art. 34 da Lei 9.099/1995. No julgamento o relatório fica dispensado, consoante o disposto no art. 38 da Lei 9.099/95, aplicável ao JEFP por força do art. 27 da Lei 12.153/09. Não se admite sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido. Por liquidez, entenda-se, a decisão que contenha os parâmetros de liquidação. Sob esse aspecto, é imprescindível que ambas as partes tragam aos autos, ainda que sob o manto do princípio da eventualidade, os valores que entendam devidos.

Somente será admitido recurso contra a sentença, exceto nos casos em que o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar danos de difícil ou de incerta reparação.

**Juizado Especial Previdenciário**

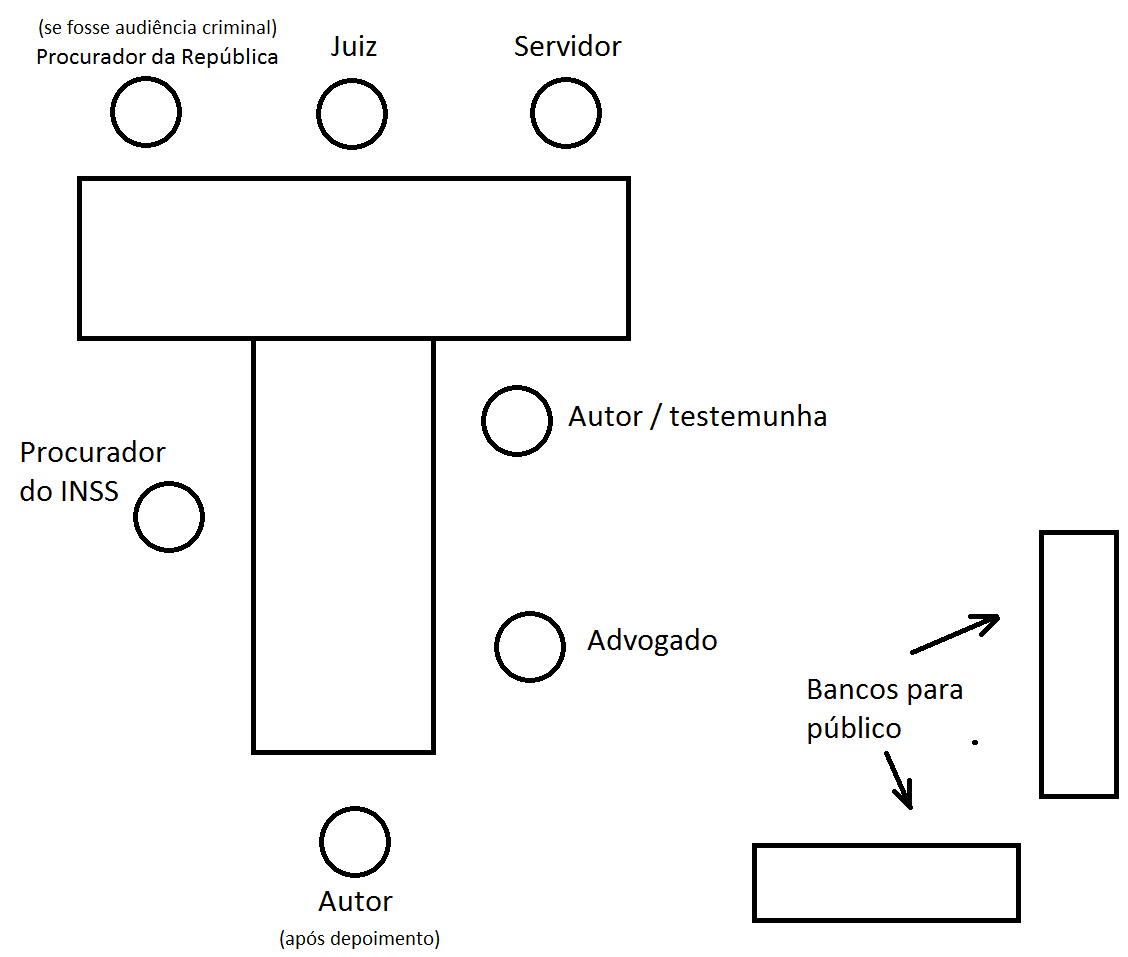
O Juizado Especial Federal (JEF) foi instituído pela Lei 10.259/01. Sucedeu a experiência dos juizados especiais cíveis e criminais instituídos a nível estadual, através da Lei 9.099/95, e teve como objetivo facilitar o acesso à Justiça e o ressarcimento das partes menos favorecidas nas disputas contra a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

Desde o início de sua aplicação, os juizados especiais federais demonstraram forte vocação para demandas previdenciárias, e isto aconteceu porque havia enorme demanda reprimida nesta área, que na época carecia de um rito processual célere capaz de absorver a realidade de um sistema previdenciário universalizado na contramão de uma autarquia com inúmeras dificuldades em reconhecer os direitos prometidos.

Antes do advento dos JEFs, em sua grande maioria de casos, as ações previdenciárias tramitavam junto às varas estaduais, em face da competência delegada, considerando que não havia sede da Justiça Federal em boa parte dos rincões do país.

Assim se deu o surgimento dos juizados especiais federais na área previdenciária. Nem mesmo a previsão contida no artigo 3º da Lei 10.259/01, que prevê a competência absoluta do rito sumaríssimo para causas de até 60 salários mínimos — restringindo, portanto, o acesso ao rito comum — mitigou a euforia com relação ao novíssimo procedimento judicial.

A audiência previdenciária funciona da seguinte maneira:

****Inicialmente, o servidor chamará as partes e advogados para entrarem na sala de audiência que é dividida da seguinte forma:

**NCPC, Art. 359.** Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, independentemente do emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem.

Feito isso, inicia-se a produção de prova oral. Primeiro, serão ouvidos o perito e os assistentes técnicos, se for o caso. Em seguida, será tomado o depoimento pessoal do autor. Por último, serão inquiridas as testemunhas.

**NCPC, Art. 361.** As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente:

I – o perito e os assistentes técnicos, que responderão aos quesitos de esclarecimentos requeridos no prazo e na forma do art. 477, caso não respondidos anteriormente por escrito;

II – o autor e, em seguida, o réu, que prestarão depoimentos pessoais;

III – as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, que serão inquiridas.  
Parágrafo único. Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, não poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, sem licença do juiz.

Após o depoimento pessoal do Autor, este deve mudar de cadeira. Normalmente, existe uma cadeira extra na mesa ou bancos nos quais o público em geral pode assistir a audiência. Na cadeira onde estava o autor (de frente para o juiz), sentarão as testemunhas. As testemunhas são ouvidas **separadamente.**

**NCPC, Art. 456.** O juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente, primeiro as do autor e depois as do réu, e providenciará para que uma não ouça o depoimento das outras.  
Parágrafo único. O juiz poderá alterar a ordem estabelecida no caput se as partes concordarem.

**NCPC, Art. 457.** Antes de depor, a testemunha será qualificada, declarará ou confirmará seus dados e informará se tem relações de parentesco com a parte ou interesse no objeto do processo.  
§ 1º É lícito à parte contraditar a testemunha, arguindo-lhe a incapacidade, o impedimento ou a suspeição, bem como, caso a testemunha negue os fatos que lhe são imputados, provar a contradita com documentos ou com testemunhas, até 3 (três), apresentadas no ato e inquiridas em separado.  
§ 2º Sendo provados ou confessados os fatos a que se refere o § 1o, o juiz dispensará a testemunha ou lhe tomará o depoimento como informante.  
§ 3º A testemunha pode requerer ao juiz que a escuse de depor, alegando os motivos previstos neste Código, decidindo o juiz de plano após ouvidas as partes.

**NCPC, Art. 458.** Ao início da inquirição, a testemunha prestará o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.  
Parágrafo único. O juiz advertirá à testemunha que incorre em sanção penal quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade.

**CP, Art. 342.** Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como **testemunha**, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral:  
Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.  
§ 1º As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil **em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.**  
§ 2º O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

Então, os quesitos são feitos diretamente do advogado para as testemunhas e também dada a oportunidade de quesitação ao Procurador do INSS.

**NCPC, Art. 459.** As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, começando pela que a arrolou, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com as questões de fato objeto da atividade probatória ou importarem repetição de outra já respondida.  
§ 1º O juiz poderá inquirir a testemunha tanto antes quanto depois da inquirição feita pelas partes.  
§ 2º As testemunhas devem ser tratadas com urbanidade, não se lhes fazendo perguntas ou considerações impertinentes, capciosas ou vexatórias.  
§ 3º As perguntas que o juiz indeferir serão transcritas no termo, se a parte o requerer.

Por fim, são feitas as**alegações finais** oralmente, primeiro o advogado do autor e depois o Procurador do INSS. É possível que o juiz admita as razões finais por escrito, mas já é bom levar tudo preparado para fazê-las oralmente!

**NCPC, Art. 364.** Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, sucessivamente, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por 10 (dez) minutos, a critério do juiz.  
§ 1º Havendo litisconsorte ou terceiro interveniente, o prazo, que formará com o da prorrogação um só todo, dividir-se-á entre os do mesmo grupo, se não convencionarem de modo diverso.  
§ 2º Quando a causa apresentar questões complexas de fato ou de direito, o debate oral poderá ser substituído por razões finais escritas, que serão apresentadas pelo autor e pelo réu, bem como pelo Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, assegurada vista dos autos.

Caso as alegações finais sejam orais, o juiz pode **sentenciar** na própria audiência ou no prazo de 30 dias.

**NCPC, Art. 366.** Encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença em audiência ou no prazo de 30 (trinta) dias.

E em todas as audiências é feito um termo que é assinado no final pelas partes.

**Considerações finais**

Concluo que por meio desse trabalho, foi-se permitido melhor entendimento e esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento sobre os Juizados Especiais e ao que cada um deles se refere e a sua suma importância para resoluções de conflitos de maneira pacifica, competente, democrática e gratuita no âmbito jurídico. Durante o trabalho, apesar do conhecimento que adquiri, foi notável a minha dificuldade para o entendimento de alguns termos que gostaria de poder discutir mais sobre em sala de aula.

**Fontes Bibliográficas**

<https://www.cnj.jus.br/ouvidoria-cnj/carta-de-servicos-ao-cidadao/juizados-especiais/>

<https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/juizados-especiais/>

<https://www.jstor.org/stable/24327272?seq=1>

<https://www.migalhas.com.br/depeso/60890/aspectos-relevantes-sobre-os-juizados-especiais-civeis#:~:text=Tal%20cen%C3%A1rio%20fez%20com%20a,foi%20sancionada%20a%20Lei%20n%C2%BA.>

<https://www.youtube.com/watch?v=G9Y03RsOVoI>

<https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/2535347/sistema-judiciario-brasileiro-organizacao-e-competencias#:~:text=No%20sistema%20Judici%C3%A1rio%20brasileiro%2C%20h%C3%A1,o%20Distrito%20Federal%20e%20Territ%C3%B3rios.&text=Tanto%20na%20Justi%C3%A7a%20da%20Uni%C3%A3o,e%20de%20pequeno%20valor%20econ%C3%B4mico.>

<https://www.conjur.com.br/2018-nov-25/paulo-maia-ampliacao-competencia-coloca-juizados-risco#:~:text=Os%20juizados%20especiais%20foram%20criados,informal%20e%20simples%2C%20sempre%20buscando>

<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10522/Juizado-Especial-Civel-historico-objetivos-e-competencia#:~:text=O%20juizado%20especial%20c%C3%ADvel%20%C3%A9,processo%20c%C3%A9lere%2C%20econ%C3%B4mico%20e%20efetivo.>

<https://victorwakim.jusbrasil.com.br/artigos/347266433/juizado-especial-civel-o-que-preciso-saber-antes-de-ajuizar-uma-acao>

[http://www.tjsp.jus.br/Especialidade/Especialidade/Juizados#](http://www.tjsp.jus.br/Especialidade/Especialidade/Juizados)

<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-processual-civil/juizado-especial-civel/>

<https://humbertosousa.jusbrasil.com.br/artigos/623811952/como-ocorre-uma-audiencia-no-juizado-especial-civel#:~:text=A%20audi%C3%AAncia%20una%20nos%20juizados,no%20momento%20de%20sua%20interposi%C3%A7%C3%A3o.>

<https://jus.com.br/artigos/65359/juizado-especial-criminal-e-suas-caracteristicas>

<https://jus.com.br/artigos/69704/peculiaridades-do-juizado-especial-da-fazenda-publica>

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L12153.htm>

<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/juizados-especiais/saiba-sobre/juizados-fazenda-publica>

<https://www.tjsc.jus.br/documents/10181/190775/Manual+dos+Juizados+Especiais+da+Fazenda/5989c155-4932-4c84-b53e-0b9322cc55e8>

<https://www.conjur.com.br/2018-set-03/alexandre-triches-precisamos-repensar-jefs-area-previdenciaria>

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/1856602/juizado-especial-federal-previdenciario>

<https://alessandrastrazzi.adv.br/direito-previdenciario/audiencia-previdenciaria-novo-cpc/>